

MÍDIA, PRECONCEITO E ADOECIMENTO MENTAL CONTRIBUIÇÕES DA HERMENÊUTICA GADAMERIANA Um Ensaio à partir da obra "Verdade e Método" de Hans-Georg Gadamer

Romano Deluque JÚNIOR¹

Márcio Luís COSTA²

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande-MS

Resumo

Dentre os pressupostos que impulsionam a formação de estigmas e de preconceitos frente ao adoecimento mental, as informações propagadas pelos meios de comunicação (ou a ausência delas) parecem emergir com relevante proeminência. Propõe-se aqui, um ensaio de discussão teórica cujo objetivo é o de fazer uma aproximação entre os campos da saúde mental e da comunicação. Para tal, intenta-se ao desenvolvimento de uma discussão sobre o tema da influência das coberturas midiáticas diante da construção de atitudes de estigmatização e de falsos preconceitos frente ao tema do adoecimento mental. A perspectiva pela qual vislumbrar-se-á o fenômeno em análise, será baseada na Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer, em particular na sua obra Verdade e Método (1997/1960).

Palavras-chave: mídia; preconceito; estigma; adoecimento mental; hermenêutica.

Abstract

Among the factors that drive the formation of stigmas and prejudices in the face of mental illness, the pieces of information propagated by the media (or the absence of them) seem to emerge with relevant prominence. It is proposed here, an essay of theoretical discussion whose objective is to make an approximation between the fields of mental health and communication. To this end, we intend to develop a discussion on the theme of the influence of media coverage in the face of the construction of attitudes of stigmatization and false prejudices against the theme of mental illness. The perspective from which the phenomenon under analysis will be glimpsed will be based on the Philosophical Hermeneutics of Hans-Georg Gadamer, in particular on his work 'Truth and Method' (1997/1960).

Keywords: media; prejudice; stigma; mental illness; hermeneutics.

0051

INTRODUÇÃO

Dentre os pressupostos que impulsionam a formação de estigmas e de preconceitos frente ao adoecimento mental, as informações propagadas pelos

¹ Doutorando em Regime de Aluno Especial em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro Oeste pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS; Mestrando em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco - UCDB; Psicólogo formado pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP; Acadêmico de Direito. Pesquisador em temas como: Democracia; Processos Migratórios; Adoecimento Mental; e Preconceito.

² Doutor e mestre em Filosofia pela Universidad Nacional Autónoma de México. Especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior e formado em Filosofia pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMT). Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Editor responsável pela revista Psicologia e Saúde.

meios de comunicação (ou a ausência delas) parecem emergir com relevante proeminência (KOIKE *et al.*, 2016a; KOIKE *et al.*, 2016b; KLIN; LEMISH, 2008; CORRIGAN; PENN, 1999). Não são raras as atitudes jornalísticas que tentam em descrever eventos e ocorrências onde, em seu núcleo, encontrem-se pessoas em condição de adoecimento mental severo, tais como a Esquizofrenia ou Transtornos com Espectro de Bipolaridade (LEVEY; HOWEELS, 1994). A discussão não é recente, porém, ainda pode ser enriquecida pela visada teórica da hermenêutica. Adicionando materialidade tangível no campo da comunicação, e na tentativa de matizá-lo, faz-se citar reportagem publicada, em 11 de Dezembro do ano de 2019, por renomada instituição jornalística. A reportagem fora intitulada “*Criança de 3 anos fica em estado grave após ser retirada de carrinho e arremessada no chão em MS*”ⁱ. Nela é descrita, com nuances de neutralidade, uma ocorrência, cuja na qual, um homem arremessa uma criança contra o asfalto repetidas vezes. Segundo ao autor da reportagem, o caso está sendo tratado como tentativa de homicídio.

No dia seguinte, outra reportagem é publicada: “*Justiça converte prisão em preventiva para homem que arremessou criança de 3 anos no asfalto em MS*”ⁱⁱ. O crime é novamente descrito, dessa vez, com atenção relegada aos aspectos éticos-jurídicos inerentes ao acontecimento de um modo geral. Nela é descrito que, de acordo com a polícia, o autor do crime é curatelado e faz uso de medicamentos.

Dois dias depois, uma terceira reportagem, a respeito do mesmo evento é publicada: “*Criança com morte encefálica foi jogada na rua por 2 vezes como ‘uma boneca de pano’, diz testemunha*”ⁱⁱⁱ. No subtítulo da reportagem, o agressor é descrito como possuidor de “doença mental”, e, segundo o relato de sua mãe, como sendo agressivo. Com um total de sete parágrafos, três deles são dedicados a informar que: 1) a criança foi pega pela perna e batida com a cabeça no chão, como se fosse uma boneca de pano, 2) a mãe do agressor disse que ele é agressivo, que o teme, e que o mesmo possui “delírios repentinos e esquizofrenia”, e 3) segundo a polícia, a mãe disse (novamente retratado) que o filho é agressivo e por isso não mora junto dele.

0052

Nessa terceira reportagem, na qual a pessoa que cometeu o crime é apresentada como portadora de “doença mental”, as palavras “agressor”, “agressão” e “agressivo”, são utilizadas por, exatamente, sete (7) vezes. A reportagem tem, repita-se, sete (7) parágrafos. Nas duas reportagens iniciais nenhum dos termos foram utilizados. Na terceira reportagem, o sintagma “batida (ou arremessada) na rua como uma boneca de pano” foi utilizado três vezes, inclusive no título e, em uma das vezes, acompanhada das expressões “batendo a cabeça” e “martelada”.

Distante de uma atitude generalizante, o que se deseja dizer é que modalidades de severo adoecimento psíquico são frequentemente associadas à violência, ao descontrole e ao crime (THORNICROFT et al., 2016; CARPINIELLO; GIRAU; ORRÚ, 2007; LEVEY; HOWEELS, 1994; WINSLOW, 1857 *apud* RENVOIZE, 1991; WAHL; LEKOWITS, 1989), e que, na maioria das vezes, essa associação é feita de maneira desproporcional, sendo oriunda de pré-julgamentos e de paradigmas pessoais, e não de conhecimentos baseados em evidência (LEVEY; HOWEELS, 1994; CARPINIELLO *et al.*, 1991).

No âmbito do jornalismo, a premissa não parece ser diferente, inclusive admite-se que a “linguagem das manchetes e noticiários orais e escritos, muitas vezes, traduz posições críticas, operando uma seleção de significados que pode coincidir ou não com as posições do leitor ou do espectador” (PRETI, 1996, p.11). Isso significaria, ao veículo de comunicação envolvido, deixar de ser “o meio” para se tornar “a mensagem”. E essa influência demonstra-se também ser antiga, e revela-se atuante desde muito antes dos meios de comunicação em massa que hoje se conhecem, tanto que Winslow (1857) *apud* Renvoize (1991) argumenta que, desde o início do século XIX, imagens equivocadas a respeito do adoecimento mental vêm sido propagadas por poetas, dramaturgos, romancistas, e pintores.

Uma vez apresentado o objeto da presente discussão, cabe-nos apresentar o marco teórico pelo qual a presente discussão se dará: a Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer. A abordagem hermenêutica concebe que através de diálogos, as pessoas desenvolvem para si uma série de estruturas antecipatórias que são historicamente mediadas à partir da autoridade e da tradição (HABERMAS, 1970; GADAMER, 1997;1998; RILLO,

2008; REGAN, 2012; AYRES, 2015; SPENCE, 2016). À elas dá-se o nome de preconceitos (*Vorurteil*). Dessa forma, investigar nuances de preconceito dentro de determinado campo do saber, no presente caso, o do campo da saúde em intersecção com o campo da comunicação e da linguagem, importa em compreender o significado do próprio termo à partir de uma perspectiva hermenêutico-gadameriana.

No presente trabalho, preconceito não deve ser confundido com seu entendimento mais popular, ou seja, não deve significar aqui um pensamento falso ou irracional a respeito, ou contrário a algo. Em vez disso, deve ser compreendido tal como é proposto por Gadamer (1997): um julgamento *à priori* das experiências e fenômenos que se constrói automaticamente antes que todos os elementos disponíveis para consideração sejam finalmente analisados. Portanto, ao nos referirmos à terminologia "preconceito", o faremos amparados na referida concepção. E quando o intuito for o de nos remetermos a um "preconceito" de delineamentos genéricos e estigmatizantes, o faremos sempre de maneira especificada, ou no termo ao qual Gadamer (1997) definiu como um "falso preconceito".

0054

MATERIAIS E MÉTODOS

É a partir dessa ótica que o presente trabalho se apresenta. Propõe-se aqui um ensaio de discussão teórica cujo objetivo é o de fazer uma aproximação entre os campos da saúde mental e da comunicação. Diante disso, intenta-se ao desenvolvimento de uma discussão sobre o tema da influência das coberturas midiáticas diante da construção de atitudes de estigmatização e de falsos preconceitos frente ao adoecimento mental. Como dito, a perspectiva pela qual vislumbrar-se-á o fenômeno em análise será baseada na Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer, em particular na sua obra *Verdade e Método* (1997/1960).

Procura-se, nesse estudo, responder o seguinte questionamento: Como os componentes linguísticos e textuais propagados pelos meios de comunicação, bem como as atitudes que lhes são inerentes, influenciam no processo de formação de falsos preconceitos diante do fenômeno do adoecimento mental?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Hermenêutica Filosófica de Hans-Georg Gadamer

Têm-se como a mais importante obra de Hans-Georg Gadamer *Verdade e Método, Fundamentos de uma hermenêutica filosófica* (1997/1960). Publicada inicialmente em 1960, a referida obra se inscreve, em definitivo, nos debates sobre "a crise das idéias de consciência e de representação mental do mundo" (CÔRTEZ, 2006 p.2). Possui pois, caráter de síntese, e nasce a partir da confrontação e/ou aproximação à diversas correntes teóricas das chamadas ciências do espírito, como o dualismo racionalista de Immanuel Kant (1724-1804); a hermenêutica de Friedrich Schleiermacher (1768-1834); a filosofia do espírito de G.W.F. Hegel (1770-1831); o historicismo de Wilhelm Dilthey (1833- 1911); as meditações neocartesianas de Edmund Husserl (1859-1938); a fenomenologia do saber de Max Scheler (1874-1928), e por fim, o existencialismo de Martin Heidegger (1889-1976) (MILES; CHAPMAN; FRANCIS, 2015; MUNHALL, 2007; CÔRTEZ, 2006).

A obra embasa-se na recusa quanto ao aceite da indubitabilidade atemporal da metodologia científica, e intenta ao seguinte questionamento: onde reside a verdade (CÔRTEZ, 2006)? Para Gadamer (1997), os esforços compreensivos não se dão a partir da contemplação teórica sob determinada episteme ou mesmo, da auto-contemplação, mas sim, se sucedem desde o primeiro contato com o *mundo-da-vida* (*Lebenswelt*), ou seja, desde o nascimento do próprio homem. Para o autor, compreende-se ao passo em que se é-no-mundo. E tal atitude é pois, espontânea, comum e natural. Compreender é então atitude inerente ao *ser-no-mundo* (*Dasein*), logo, viver, e compreender são tarefas justapostas e indissociáveis.

Nessa mesma atitude, o caminho em direção ao entendimento (*Verstehen*) é, ao mesmo tempo, um processo e um modo de ser (SPENCE, 2001). E nessa esteira, é correto dizer que tradições e entendimentos são herdados através da linguagem e de processos inconscientes de socialização (REGAN, 2012). Nesse processo, a força exercida pela *autoridade* (*Behörde*) parece desempenhar papel mister no que tange à capacidade de se fazer ser entendido (SPENCE, 2016). No entanto, o mesmo não se manifesta de forma

0055

unidirecional, mas é dialético e dialógico, embasado em relevante temporalidade (GADAMER, 1997). Isso significa que ao aprender a falar, adquire-se uma possibilidade de orientação para com o *mundo-da-vida*, e essa, diga-se, é inseparavelmente entrelaçada com os atributos históricos e culturais da pessoa (SPENCE, 2001).

Tal habilidade permite ao homem, refletir e interpretar a respeito de suas experiências no mundo, e a partir daí, formar novos entendimentos, e assim, fazer emergir novas verdades. Nessa esteira, novas experiências são interpretadas e, quando adequadamente entendidas, incorporam-se às experiências já existentes *à priori* (PECK; MUMMERY, 2016; SPENCE, 2016). Superam-se assim, antigos preconceitos^{iv} (*Vorurteil*), e logo, se faz possível entender, que a compreensão deriva do envolvimento pessoal em processos recíprocos de interpretação que, por sua vez, ocorrem a todo o tempo, e nas mais variadas situações hermenêuticas ligadas ao *ser-no-mundo* (REGAN, 2012; SPENCE, 2001; GADAMER, 1997). Desse modo, para se fazer entender o presente estudo, algumas categorias do pensamento gadameriano devem ser brevemente expostas, interpretadas e entendidas, para que, por fim, possa-se proceder à uma discussão contemplativa acerca do fenômeno inicialmente em pauta.

INTERPRETAÇÃO E LINGUAGEM

Inicialmente, linguagem pode ser definida, em sentido hermenêutico, como o meio pelo qual a experiência humana transpira e permite que algo seja entendido ou tenha significado (GRONDIN, 2003; TAYLOR, 1985). É, pois, a chave para o processo de entendimento (GADAMER, 1997). A linguagem se apresenta como o veículo para se comunicar com os outros, de tornar manifesto aquilo que não está, naquele momento, presente (REGAN, 2012). Isso significa que, ao proferir uma palavra para referir-se à algo, automaticamente, uma imagem mental é despertada, e esse processo diz respeito, pois, àquilo que já teria sido, *à priori*, inconscientemente internalizado (GADAMER, 1997). Através do jogo de palavras, ao qual se denomina “*diálogo*” (*Dialog*), intenta-se na verdade a externalizar aquilo que outrora fora entendido, e “ancorado” junto à uma imagem e a um conceito.

0056

É a comunalidade da linguagem que garante uma aceitação compartilhada de um mesmo significado (REGAN, 2012). O fenômeno, como se sabe, não emerge com exatidão, mas é atravessado por um emaranhado de fatores, até que se obtenha o resultante da compreensão. Eis o problema da linguagem, aprende-se a usá-la desde os primeiros passos de consciência, na direção do mundo, ao passo em que o mundo a utiliza na direção contrária, num eterno "círculo hermenêutico" (*hermeneutischer Zirkel*) de projeção e ajustamento (PECK; MUMMERY, 2016; REGAN, 2012; AYRES, 2007). A *formação* (*Bildung*) em torno da linguagem torna possível ao intérprete o desenvolvimento de habilidades compreensivas e antecipatórias que o permitem, a partir de um já construído senso de conformidade, coesão e sobrevivência, abstrair para si, o que, *a priori*, era uma simples informação, e que agora manifesta-se como uma nova compreensão a respeito de algo (GADAMER, 1997).

Desse modo, o ser humano deve ser concebido enquanto envolto em um mundo de linguagens e, que através delas, lhe é possibilitado experimentar e entender esse mundo de tal maneira, que não se faz possível haver uma separação entre ele, e a sua experiência junto a ele (PECK; MUMMERY, 2016). É nesse ponto que o tema da linguagem adquire, a partir da abordagem gadameriana, nuances de maior complexidade.

Vejamos. Já se conhece o caráter dialético inerente ao círculo hermenêutico, tal como este é proposto por Gadamer (1997). Nele, são incluídos intermináveis ciclos de perguntas e respostas que permeiam o ser humano na tarefa de interpretar e entender o que está a sua volta. E tal tarefa, embora dialética e dialógica, não emerge apenas das relações individuais entre dois seres humanos, mas pode constituir-se também em diversas outras relações, tais como entre o leitor e seu texto; entrevistador e entrevistado; professor e aluno; e inclui, evidentemente, os meios de comunicação e a sua audiência.

Um diálogo entre duas pessoas possui nuances relativamente fáceis de serem concebidas, o mundo, no entanto, não pode falar, então, o ato de se engajar em um diálogo com o mesmo pode possuir delineamentos muito mais atravessados e difíceis de ser compreendidos (PECK; MUMMERY, 2016). As

intersecções existentes, quanto "perguntas" manifestadas em direção do mundo, e no que tange às "respostas" que o mundo tende a manifestar de volta, são sutis e se ligam à historicidade, cuja qual se faz presente a todo o momento no horizonte do intérprete (GADAMER, 1997). Tal fenômeno não perde porém, a característica de ser conduzida através de um processo linguístico (SPENCE, 2016; PECK; MUMMERY, 2016; MUNHALL, 2007).

Gadamer (1997) argumenta em sua obra sobre a necessidade de uma abertura ontológico-reflexiva a respeito do uso da linguagem. Isso é, deve-se partir do princípio de que a linguagem é o instrumento utilizável como meio para comunicar os significados presentes nas falas e nas escritas das pessoas a respeito do modo como experienciam os fenômenos em sua volta (AYRES, 2007; REGAN, 2012). Daí, a partir dessa abertura ontológica, compreender-se-ia que a atitude interpretativa diante das pessoas e do mundo engloba, necessariamente, componentes de historicidade, temporalidade e autenticidade. Ou seja, aquilo que é entendido dentro de determinada tarefa de interpretação "é" de fato entendido, pois à princípio existem componentes "históricos" mediadores, ou pré-conceitos, sobre os fenômenos e experiências, que permitem ao intérprete ter um entendimento "prévio", uma noção, sobre aquilo.

Uma vez interpretado o presente fenômeno, em um legítimo processo hermenêutico que culmina em uma *fusão de horizontes*^v, novos entendimentos hão de surgir a respeito do mesmo, e esses, diga-se, passam então a possuir nuances de verdade e de autenticidade sob o ponto de vista do intérprete. Isso significa que, naquele momento, particular e temporal, novos entendimentos são incorporados à sua verdade de mundo, e ao seu horizonte pessoal, superando-se assim antigas suposições e preconceitos (BRESOLIN, 2008). Um legítimo círculo hermenêutico de emersão de novas e autênticas verdades particulares que, deve-se frisar, independe de um método, mas que é, sobretudo, espontâneo e inerente a todo e qualquer ser humano.

PRECONCEITO OU PRÉ-CONCEITO?

A perspectiva hermenêutico-filosófica presta suporte à visão de que nós, enquanto seres humanos, somos cognitivamente conscientes no que diz respeito à culturalidade e à historicidade na qual nos situamos (TAYLOR, 1995). E nessa visão, Gadamer (1997) utiliza-se dos termos “*horizontes*” e “*preconceito*” para se referir aos pré-entendimentos que são produzidos histórica e culturalmente, e que influenciam a interpretação dos fenômenos e experiências (SPENCE, 2001). Isso significa que, uma vez em contato com o *mundo-da-vida*, o ser humano passa a constituir para si, a partir de suas experiências e atributos históricos e sociais, uma horizonte pessoal (LINGE, 1976; SPENCE, 2001) em cujo o qual compreenderia-se uma série de estruturas antecipatórias pré-estabelecidas, ou seja, pré-conceitos que capacitariam o ser humano frente a sua tarefa de fazer um sentido inicial sobre todas as coisas, experiências e pessoas.

Então, imbuído na concepção gadameriana de “horizonte” repousaria o significado da palavra “preconceito”. Para Gadamer (1997), preconceitos são estruturas antecipatórias linguisticamente pré-adquiridas. Tais não são em si mesmos objetos de seu próprio entendimento, mas sim, as condições nas quais os entendimentos sobre todas as outras coisas conceitualizam-se e tomam forma (LINGE, 1976). Assim, o conceito gadameriano de “preconceito” se refere à um marco de referência apriorístico, que se reconhece enquanto presente, muito antes que um processo de exame, clarificação e de referenciação possa ser levado a cabo (GADAMER, 1997). Em resumo, e diante dessa perspectiva, preconceito é o componente ligado ao “*pré*” que habita os horizontes pessoais do homem enquanto *ser-no-mundo*, e que a ele possibilita pré-compreender os fenômenos e experiências antes que todas as informações pertinentes estejam disponíveis para análise.

Pragmaticamente, poder-se-ia dizer, que possuir um horizonte pessoal limitado significa, segundo Gadamer (1997), não poder ver além ou supervalorizar o que lhe é familiar e pré-entendido. Porém, ressalte-se, embora limitados, os horizontes não são, de forma alguma, fixos ou estáticos (SPENCE, 2001; REGAN, 2012; PECK; MUMMERY, 2016). Pelo contrário, evoluem à medida em que o ser humano se engaja, reflexivamente, junto e

frente à diferentes e novas tarefas hermenêuticas de obtenção de saberes e entendimentos (GADAMER, 1997). E é sob esse ponto que se assenta o conceito gadameriano de “ *fusão de horizontes*”. Para Gadamer (1997), o referido conceito é utilizado para descrever o modo como dois diferentes pontos de vista incorporam-se mutuamente através de um processo de construção linguística e de conversação. Assim, inerente à noção de que novos entendimentos originam-se de um processo de “ *fusão de horizontes*”, também o é a possibilidade sempre presente de poder ver além, e de chegar a novos entendimentos.

Ao definir preconceito como um julgamento que é proferido antes que todos os elementos que o determinam tenham sido examinados, Gadamer (1997) desafia a negatividade associada ao termo, e argumenta que, para se chegar à uma conceitualização adequada a respeito do mesmo, deve-se considerar os significados positivos e negativos que o envolvem. Parece cristalina a abrangência da significação mais tradicional associada ao termo. Preconceito é, de um modo geral, e fora da perspectiva gadameriana, associado a um espectro negativo e desfavorável a respeito de algo, ou, tal como uma atitude de intolerância, discriminação ou desvalorização de alguém, por motivos de raça ou religião (CORRIGAN; PENN, 1999; CORRIGAN; WATSON, 2002; CORRIGAN et al., 2017).

A apropriação das idéias de Gadamer (1997) a respeito do tema parece adequada, pois o autor argumenta em favor das múltiplas dimensões de “preconceito” enquanto terminologia significativa. Em especial, o autor expõe a diferenciação entre “falsos” e “verdadeiros” preconceitos. São falsos quando novas verdades são concluídas afoitamente, ou seja, antes de se proceder em ponderada reflexão diante de determinado evento. Já os verdadeiros se dão pela via oposta, e tendem a expandir antigos entendimentos (SPENCE, 2001). Se faz necessário, portanto, segundo postula Gadamer (1997), permanecer aberto diante de preconceitos ocultos, que intentam o homem a um estado de “surdez” diante daquilo que a tradição tenta fazer emergir.

O vocábulo “tradição” compreende, para Gadamer (1997), entendimentos que são compartilhados através da linguagem, história e



cultura. Nessa abordagem, um ponto que deve ser definido é: pré-conceitos não examinados acabam por limitar o horizonte de entendimentos do sujeito hermeneuta, e diante disso a tarefa reflexiva se faz necessária. Nesse ínterim, diga-se, quanto maior a força da autoridade que emana uma determinada informação, maior a probabilidade daquele conteúdo ser transmitido através da tradição. E é nesse ponto que as contribuições da Hermenêutica Gadameriana parecem convergir com o tema das informações que são propagadas pela mídia.

Ademais, é possível argumentar que, operar com ponderada reflexão diante dos conteúdos que são tornados públicos pelos meios de comunicação, principalmente no que tange ao tema do adoecimento mental, parece ser uma tarefa mais que necessária.

REPRESENTANDO A “DOENÇA MENTAL” - O PAPEL DA MÍDIA

Segundo Guarniero, Bellinghini e Gattaz (2012), o estigma que pesa sobre as doenças psiquiátricas é o mais forte impedimento para que o paciente busque tratamento. Dentre tais doenças, as psicoses emergem com maior proeminência (GRAHAN et al., 2006). E de um modo geral, é a esquizofrenia que parece ser a modalidade de adoecimento mais utilizada pelos meios de comunicação como estando associada à violência e ao crime (GREEN, 1981; LEVEY; HOWEELS, 1994; CORRIGAN; PENN, 1999; GUARNIERO; BELLINGHINI; GATTAZ, 2012; KOIKE *et al.*, 2016a).

Pode-se dizer inclusive que pessoas em condição de adoecimento mental severo sofrem de um duplo grau de vitimização (CORRIGAN; WATSON, 2002; KLIN; LEMISH, 2008). Se por um lado lidam com os próprios sintomas e desabilidades inerentes ao próprio quadro clínico, por outro, são constantemente desafiadas a lidar com estereótipos que são construídos a partir daquilo que Gadamer (1997) chama de “falsos preconceito”. Quando tais atitudes negativas e esterotipantes agem de maneira intensa e recorrente, acaba-se por fazer incrustar, no espectro dessas pessoas, uma potente condição descreditaante . À ela dá-se o nome de estigma (CORRIGAN et al., 2017).

0061

A descrição do adoecimento mental, da forma como é intentada pela mídia, tende fortemente à geração de informações insuficientemente pensadas a respeito do tema (WAHL; LEFKOWITZ, 1989; GABBARD; GABBARD, 1992; WAHL, 1995). Nessa tarefa comunicativo-descritiva, ponderação, bem como a análise, caso por caso, se fazem necessárias, pois uma vez estabelecidos, estigmas podem fazer com que determinado grupo de pessoas sofram diante de uma atitude de intensa evitação social.

Um grande número de variáveis tendem a estar atravessadas diante do referido contexto. Para citar apenas algumas, têm-se: dificuldade quando à manutenção e procura por emprego; problemas quanto à percepção da autoimagem; resistência à procura por tratamento; e a perda de vínculos familiares. Há portanto uma veemente necessidade de se proceder, diante de uma tarefa de comunicação em massa, naquilo que Gadamer (1997) define enquanto sendo uma reflexão ponderada diante das pessoas e fenômenos do *mundo-da-vida*.

Fato é que uma atitude de reflexão se faz importante diante de todos os tipos de tarefas informativas, não só em relação às que se dão frente a doenças de cunho psiquiátrico. Porém, tanto a mídia, quanto o público em geral, tendem à uma maior discriminação quando de frente a essas pessoas e a essas patologias (CORRIGAN *et al.*, 2000). Para a aferição de tal assertiva, não é necessário que se recorra a livros técnicos sobre o tema, basta que se observe a fenomenalidade da vida cotidiana, ou mesmo, que se pense por um momento sobre como se é ensinado a agir, por exemplo, diante de uma pessoa cadeirante e de uma pessoa esquizofrênica. As reações flertam com o óbvio, e são, na maioria das vezes, injustificáveis.

Segundo Corrigan e Watson (2002), pessoas com quadro de adoecimento mental severo são percebidas sob três diferentes prismas: de que são homicidas em potencial, e devem, por isso, ser temidas; de que possuem personalidades infantis, e portanto, devem ser tratadas como crianças; e por fim, de que possuem caráter fraco e baixa força de vontade, e por tais motivos, são responsáveis pela própria condição de adoecimento. Todas as três assertivas não possuem componentes de verdade, e portanto demandam elucidação. Todavia, a *priori* à uma tarefa elucidativa, há de se

0062

dizer que todo e qualquer processo de formação de novos saberes e entendimentos se dá através e na linguagem, o que demanda portanto uma atitude de um “*querer saber*” autêntico por parte do sujeito que está por perguntar (GADAMER, 1997; SPENCE, 2016).

Nesse sentido, eis que parece surgir um problema. A urgência com que a vida parece se processar, nos presentes dias, faz com que novas informações propagadas pela mídia adequem-se à esse mesmo caminho. Socialmente, parece justo afirmar que desejamos por “*atalhos*” cognitivos que visam a redução de complexos julgamentos, para operações simples e absolutas (FISKE; TAYLOR, 1984; FAZIO, 1990; LEVEY; HOWELLS, 1994). É por sinal, uma época de breves absolutismos cognitivos.

De face com a multiplicidade de fatores em operações informativas complexas, o indivíduo tende a proceder à uma tarefa hermenêutica que vise a simplificação dos fenômenos experienciados. Procura-se então absorver aquilo que fora lido, ouvido ou assistido, de maneira orgânica e sem maiores solavancos mentais (LEVEY; HOWELLS, 1994). Hermeneuticamente falando, isso significa que aquilo que é dialogicamente interpretado tem seu sentido reconstruído, ou seja, adquire delineamentos e características inerentes à pessoa do intérprete, haja visto que um novo horizonte pessoal é então tocado (GRONDIN, 2003).

Então, vislumbra-se que, dessa “*fusão de horizontes*”, hão de advir novos entendimentos que, diga-se, além de reduzidos, mediante a inerência da própria tarefa hermenêutica, serão também reconstruídos histórica e culturalmente. Com isso, o que se deseja dizer é que, a responsabilidade se traduzida é ainda maior quando o sujeito emissor dessas informações possui a capacidade de atingir e de formar novas opiniões frente a um grande número de pessoas.

Fiske e Taylor (1984) já afirmavam que o processo cognitivo de formação de novos entendimentos está inclinado a priorizar crenças e experiências pessoais em vez de fontes de informação complexas de desviezadas. Nos presentes dias, as mais atuais pesquisas sobre o tema continuam chamando a atenção para a capacidade de rotulação, que possuem as crenças pessoais estereotipadas frente às pessoas com adoecimento mental

severo (GROVER; SHOUAN; SAHOO, 2020; NIEWEGLOWSKI, *et al.*, 2020). Baseando-se no trabalho de Goffman (1963), os autores concordam que pessoas consideradas externas às normas sociais vigentes em determinado grupo tendem a experienciar atitudes de rejeição, segregação e outras formas de discriminação.

É interessante ressaltar que atitudes discriminatórias interferem diretamente na integração social das pessoas com adoecimento mental, e nessa esteira, direitos humanos podem ser violados, empregos podem ser perdidos, vínculos familiares destruídos e a procura por ajuda profissional evitada (ARBOLEDA-FLOREZ, 2002). A mídia em massa parece ser, segundo Klin e Lemish (2008), um importante recurso de informação sobre o tema da saúde mental, e portanto, ao assumir posições negativas e descreditações diante do mesmo, contribui, definitivamente, para com a formação de entendimentos inadequados e distantes de qualquer realidade. Uma vez formados, tais entendimentos farão por associar-se à condutas hostis frente à pessoas com adoecimento mental e seus cuidadores, o que pode inclusive, resultar em condutas de abuso e violência (SIEFF, 2003).

Por sua vez, a omissão quanto à divulgação de quaisquer informações sobre as patologias mentais pode fazer com que pré-entendimentos a respeito desse mesmo tema sejam inadequadamente enraizados, fazendo por limitar ainda mais os horizontes pessoais frente às pessoas em condição de adoecimento mental. Pois de acordo com Gadamer (1997), sem novas informações que possam ser interpretadas, a tarefa hermenêutica de formação de novos sentidos e entendimentos fica prejudicada, horizontes não se fundem, e "falsos preconceitos" se empoderam. Eis que sobrevêm a relevância de um dever moral de solidariedade e de humanização das relações, que se traduz, por parte dos veículos de comunicação, em responsabilizar-se pela divulgação de informações técnicas, porém compreensíveis, a respeito do tema do adoecimento mental.

A representação da mídia frente ao tema do adoecimento mental não só reflete as atitudes do público diante este mesmo tema, como acaba também por talhar sobre ele a sua própria feição (KLIN; LEMISH, 2008). Tal processo pode se dar intencionalmente, na forma de campanhas informativas

0064

e de informação, como de forma não intencional, como quando o tema é retratado em notícias e em shows de entretenimento (KLIN, 2001). De toda sorte, a mídia parece funcionar como um agente socializador de componentes influenciadores, que por sua vez, se manifestam em um cristalino processo de formação de novas percepções diante dos mais variados temas (GERBNER *et al.*, 2002).

Segundo Goffman (1986), isso é uma questão de “enquadre”. E nessa esteira, o autor pressupõe a existência de inúmeras possibilidades de determinado tema ser enquadrado pela mídia. Diante disso, cabe dizer que é a partir do modo como essa tarefa se dará, que os mais variados resultados advirão, pois a capacidade midiática de formar opiniões e modificar horizontes é pungente. Alguns trabalhos chegam a sugerir que a atenção relegada ao tema por parte da mídia possui inclusive a capacidade de impulsionar a criação de programas sociais, tanto os de apoio às pessoas em condição de adoecimento, como os de combate aos falsos preconceitos que agem na direção dessas mesmas pessoas e de seus cuidadores (DEARING; ROGERS, 1996; McCOMBS, 1994;1997).

Só para se ter idéia sobre a abrangência do tema, “falsos preconceitos” diante do adoecimento mental podem ser propagados, por exemplo: em novelas que retratem o dia a dia de médicos e suas relações com os doentes mentais; coberturas jornalísticas e o modo como retratam os crimes cometidos por pessoas com adoecimento mental; colunas de revistas, ao ponto em que seus autores podem se dispor a discutir sobre questões de saúde mental; distinções quanto ao enquadre da doença mental à partir da diferença de gêneros; ou mesmo, em filmes e documentários. ao se expor o tema de maneira primária ou secundária. As possibilidades são numerosas.

De maneira geral, pode-se dizer que, em comparação à patologias de aspecto predominantemente físico, as de cunho mental são, proporcionalmente falando, mais citadas e retratadas pela mídia (BYRD; ELLIOT, 1998). Atitudes com vistas à estereotipização também são mais comumente retratadas diante dessas modalidades de adoecimento (KLIN; LEMISH, 2008). Um relevante ponto a ser debatido sustenta-se nas atitudes sensacionalistas que podem emergir diante dos reportes de casos de crime

contra a vida cometidos por pessoas suspeitas de possuírem alguma patologia mental (ANGERMEYER; SCHULZE, 2001; WHAL, 2003).

Diferentes modalidades de adoecimento mental despertam atitudes distintas por parte dos meios de comunicação. Depressão, por exemplo, é frequentemente associada à inofensividade por parte daquele que possui a condição de adoecimento. Em uma via de mão dupla, diante da referida patologia, a necessidade de se proteger a pessoa adoecida frente à auto-destruição, parece ser super enfatizada pela mídia, tal como se o suicídio e a auto-lesão fossem eminentes (ROWE *et al.*, 2003).

O problema maior, no que tange à formação de “falsos preconceitos” e de estigmas, parece ser relacionado às psicoses em geral. Em específico, o “esquizofrênico” e seus familiares e cuidadores parecem ser as maiores vítimas dessa equação. Um grande número de estudos se dedicam a investigar os aspectos jornalísticos ligados à uma espécie de “seletividade” no que tange à divulgação de informações a respeito da esquizofrenia (LEVEY; HOWELLS, 1994; WAHL, 1995; 2004; CARPINIELLO; GIRAU; ORRÚ, 2007; KLIN; LEMISH, 2008; KOIKE, 2016b). Nesse sentido, grande parte das coberturas jornalísticas a respeito do referido tema tende a reforçar as conexões já existentes entre violência e esquizofrenia, o que acaba por rotular todo um grupo de pessoas em situação de adoecimento como sendo perigoso ou imprevisível (ANGERMEYER; MATSHINGER, 1996).

Não se trata pois de afirmar que a correlação entre o adoecimento mental severo e os indicadores de crimes e de violência por parte dessas populações não existam, mas sim de demandar que os veículos de comunicação lancem luz sobre os aspectos mais fidedignos dessa mesma correlação. Por exemplo, sabe-se que uma minoria de pessoas com condições de adoecimento mental severa se mostram capazes de violência ou propensas ao crime, as variáveis flutuam entre 10% (WAHL; WOODS; RICHARDS, 2002), e 14% (ANGERMEYER; SCHULZE, 2001). Por um outro lado, quando tal associação não se concretiza, tais pessoas tendem então a ser representadas como vítimas e, portanto, incapazes de sustentar relações sociais adequadas ou vínculos empregatícios (THORNICROFT *et al.*, 2016).

0066

Em pesquisa realizada no Brasil, Guarniero *et al.*, (2012) argumentam que a maioria dos textos encontrados nos jornais nacionais a respeito do tema falham em dar vós ao portador de esquizofrenia e a seu sofrimento. No mesmo estudo, os autores expõem a banalização da doença psiquiátrica como forma de justificar decisões políticas e econômicas de caráter duvidoso, bem como parecem ainda corroborar com alguns estudos internacionais (KLIN; LEMISH, 2008; WAHL; WOODS; RICHARDS, 2002; ANGERMEYER; SCHULZE, 2001) quando afirmam que o estigma frente ao tema da esquizofrenia e do adoecimento mental, de modo geral, é potencializado quando apenas são divulgados os raros casos que envolvem episódios de crimes e violência.

Além da conexão entre violência e pessoas com adoecimento mental, outra nuance parece ser bastante destacada pela mídia: a tendência à responsabilização frente à essas pessoas pelos escândalos, tragédias e crimes que se sucedem em suas voltas (ROSE, 1998). Na Inglaterra, o contexto da atribuição de responsabilidades vai além, culpando-se, por exemplo, importantes figuras estatais ligadas à movimentos anti-manicomiais pela ocorrência de crimes envolvendo pessoas com adoecimento mental (RITCHIE; DICK; LINGHAM, 1994).

Condizendo com as noções gadamerianas de formação de novos sentidos e entendimentos, Silverstone (1981) argumenta que a efetividade dos veículos televisivos e de comunicação consiste, pois, na habilidade de tornar familiar aquilo que era, *a priori*, estranho, bem como em fornecer aparato informativo adequado para que novos sentidos sejam feitos diante do aprioristicamente ininteligível. Para Gadamer (1997), uma reflexão emancipada frente ao estranho e ao novo não pode ser procedida ou sustentada como um ato autossuficiente, muito pelo contrário, somente se torna possível no encontro com o outro. Isso significa que o encontro com o outro (ou com a experiência que o representa) deve ser tomado com uma atitude de seriedade, pois há ali algo que não tínhamos visto inicialmente (HAMMES, 2012).

É ali, no encontro com o diferente que se torna superável a visão estreita sobre as coisas, e assim, um novo horizonte de entendimento é então criado em direção ao desconhecido. O outro é, para Gadamer (1997;1998),

0067

aquele que nos afeta, ou algo da tradição. Pode ser um livro, uma obra de arte ou um acontecimento que compreendemos de repente. De toda forma, o outro nos interpela, e faz, a partir dessa interpelação, emergir um diálogo (GADAMER, 1997;1998). O outro pode ser um filme, um periódico, um jornal ou uma mídia impressa. Sobretudo, alguém que responde, linguisticamente, à uma pergunta ou indagação dirigida ao *mundo-da-vida*.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As representações dominantes no imaginário social em relação às pessoas com doença mental parecem estar ligadas à: incapacidade em lidar com os próprios impulsos e emoções, e portanto, essas pessoas devem ser afastadas da convivência social (RAMOS; NOVO, 2003); à inabilidade de tomar as próprias decisões, tanto em relação às questões práticas inerentes ao cotidiano, quanto em relação ao próprio tratamento, e assim, demandam que outros tomem tais decisões (NIEWEGLOWSKI, *et al.*, 2020); bem como à presença latente de periculosidade em seus próprios atos (KLIN; LEMISH, 2008). Ademais, estereótipos ligados à baixa inteligência, problemas comunicativos, inaptidão para o trabalho, ou mesmo para com uma imagem de "pessoas preguiçosas", parecem sempre estar presentes no que tange à essas populações (ARBOLEDA-FLOREZ, 1998; 2002).

A questão é complexa e possui resultados bastante abrangentes. Estigmatizar ou rotular pessoas, devido à presença do espectro do adoecimento mental não é atitude restringida ao público em geral, à mídia, ou à pessoas consideradas "menos estudadas". Pelo contrário, é também inerente à médicos e à profissionais do ramo da atenção em saúde (SARTORIUS, 2002; NIEWEGLOWSKI, *et al.*, 2020), e nesse contexto, os estereótipos e os enquadres produzidos podem adquirir nuances ainda mais pejorativas e severas (CHAPLIN, 2000; KLIN; LEMISH, 2008). Alguns estudos chegam a demonstrar que, construções linguisticamente estigmatizantes, ou seja, negativas e imbuídas de *falsos preconceitos*, se fazem presentes até mesmo junto àqueles que pensam e desenvolvem políticas públicas de atenção à saúde mental (GUREJE; ALEM, 2000; SARTORIUS, 1999).

0068



Atribuindo relevância ao problema da construção de falsos preconceitos por parte da mídia, Guarniero, Bellinghini e Gattaz (2012) apresentam uma pesquisa documental a respeito do tema dentro da realidade brasileira. Os autores analisaram 229 textos ou matérias jornalísticas publicadas entre os anos de 2008 e 2011, que contiveram, em seu conteúdo, o termo esquizofrenia. Os resultados demonstra que apenas 39% das matérias coletadas possuíram nuances de impessoalidade e caráter descritivo-informativo. Já em 27% dos registros coletados, as construções emergentes são relacionado a crimes e a violência, “em que o “diagnóstico” de esquizofrenia é feito por leigos e “corroborado” por uma arqueologia da vida do suspeito que arrola toda sorte de comportamentos fora de padrão” (p.1). Outras 34% das reportagens levantadas retratavam o termo enquanto relacionado a um uso metafórico-depreciativo, como por exemplo, utilizando-se dos sintagmas “esquizofrenia institucional” (p.82), ou “determinado ator social “agiu com comportamento que beirava a esquizofrenia” (p.82)”.

Não parece haver dúvida quanto a importância atribuída à mídia no que tange ao seu papel de informar e, por consequência, contribuir com a formação de novos entendimentos e enquadres no imaginário social (LEVEY; HOWELLS, 1994). Já parece estar provado que a apresentação de documentários sobre o tema do adoecimento mental contribui com o aumento do conhecimento, altera crenças pessoais e potencializa o desenvolvimento de atitudes mais positivas por parte de sua audiência (MEDVENE; BRIDGE, 1990; LEVEY; HOWELLS, 1994; KLIN; LEMISH, 2008).

Ademais, evidencia-se a eficiência de uma série de estratégias informativas como forma de conter ou reduzir o aumento da estigmatização frente ao tema do adoecimento mental. A propagação de mídias educacionais parece ser um desses recursos (MAYER; BARRY, 1992), outro parece ser o estabelecimento de normativas legais como modo de assegurar uma cobertura técnica, balanceada e imparcial por parte dos veículos de comunicação frente aos eventos envolvendo esses pacientes que acabam por virar notícia (LEVEY; HOWELLS, 1994).

A linguística também parece estar apta a contribuir com a presente discussão. Estudos demonstram que mudanças compulsórias das

nomenclaturas das patologias mentais têm trazido resultados bastante positivos e contribuído gradativamente com um enquadramento mais humanizado sobre o tema (DELUQUE JÚNIOR; COSTA 2020a; DELUQUE JÚNIOR; COSTA, 2020b; KOIKE *et al.*, 2016a; KOIKE *et al.*, 2016b). Guarniero, Bellinghini e Gattaz (2012) advogam por uma mudança retórica tal como ocorreu com os termos “canceroso”, “aidético” ou “leproso”, termos esses que foram banidos dos meios jornalísticos e que praticamente desapareceram dos diálogos coloquiais. O mesmo deveria se suceder, segundo os autores, com os termos “esquizofrênico”, “depressivo” ou “bipolar”.

De toda sorte, o problema parece estar relacionado ao modo com as mensagens são construídas e elaboradas, e nada existe, segundo Gadamer (1997), senão através da linguagem. Nesse sentido, falham os jornalistas ao ponto em que falham também os veículos de comunicação. Estes e aqueles manifestam, pois, intencional ou não intencionalmente, forte tendência a generalização no que tange aos eventos que envolvem crimes e violência por parte de pessoas com adoecimento mental. Abusa-se da “esquizofrenia” como recurso linguístico para se referir às pessoas nessas circunstâncias, do mesmo modo em que se utilizam “viciado” e “drogado” para se referir a dependentes químicos (GUARNIERO; BELLINGHINI; GATTAZ, 2012).

Falham ainda em não dar voz às pessoas com adoecimento mental. E para esta reflexão, basta-se buscar na memória a última ocasião em que fora manifestada a voz e as idéias de um “doente mental”. Vez ou outra, vislumbra-se um “exemplo de superação”, de alguém que “venceu” a depressão e “subiu na vida”, todavia, iniciativas que intentam à demonstrar a realidade dessa pessoas são bastante raras. Em se tratando de adormecimentos com características psicóticas, então, quase inexistentes. Com isso, enraíza-se o medo frente à essas pessoas, distanciando-as de relações sociais e familiares tão necessárias para a superação de suas enfermidades e de seus quadros sintomáticos.

Parece haver uma dificuldade ao ponto em se demonstra ser mais fácil reforçar as opiniões, ou em linguagem gadameriana, os “pré-conceitos” já existentes no imaginário de sua audiência, do que ir contrariamente à elas. E nesse ponto, a hermenêutica filosófica muito tem a contribuir, pois

estabelece a existência de um círculo hermenêutico de “projeção” e “ajustamento” (GADAMER, 1997; AYRES, 2012). Aqui, o ato de ajustar-se perante o novo supõe, pois, uma atitude de estranhamento que, sem a qual, a tarefa hermenêutica não se sustenta. Ajustar-se significa atuar com uma atitude humanizada de perceber, apreender e aceitar verdadeiramente o outro como outro (COSTA; BERNARDES, 2013).

É possibilitar a ampliação do próprio horizonte pessoal perante ao novo, que era, outrora, o distante e o desconhecido. Por fim, é aceitar munir-se de tantas informações quanto possíveis a respeito de temas que demandam por uma legítima atitude interpretativa em prol da tolerância e da humanização das relações sociais. Não há, porém, como aferir que a aceitação das diferenças seja a mais pungentes das habilidades humanas de nosso tempo. Tal ideal parece demasiado distante das percepções e opiniões emanadas pelos horizontes pessoais em nosso dia a dia. E nessa esteira, escusa-se, em partes, as atitudes jornalísticas que foram aqui demonstradas, pois as mesmas são construídas por pessoas, e como tais, são cultural e historicamente situadas. São pois, parte da sociedade, e como tal, encontram-se imersos em uma eterna tarefa de construção de novos sentidos frente à antigos e arraigados preconceitos.

Em suma, cabe lançar luz sobre a tarefa hermenêutica na qual, a mídia e os veículos de comunicação são inseridos e, portanto, responsáveis. Essa tarefa não funciona em uma via de mão única, como se os jornais e programas televisivos formassem opiniões, novas crenças e entendimentos da sua respectiva audiência. Mas um oposto. Uma via de mão dupla, pois ao ponto em que procedem em uma atitude informativa, ou seja, de emanar “respostas” diante de um círculo que é, pois, iniciado, também procedem com uma atitude questionadora. Nisso alguma perguntas são veladamente elaboradas na direção da audiência e da sociedade: o que gostariam que mostrássemos? Que posicionamento gostariam que tivéssemos? Ou mesmo: Preferem que apresentemos o “novo” ou o “estranho” na forma de um confronto com a mesmice, ou uma redução demasiadamente cognoscível e simplista de tudo isso?

0071

Infelizmente, o círculo hermenêutico existente entre mídia e sociedade vem se equilibrando sobre uma gramática mínima de fácil compreensão e de um mínimo de confrontação. E nessa operação, não se faz possível apontar plenos culpados, apenas suas falhas. A impessoalidade de matérias jornalísticas frente ao tema do adoecimento mental simplesmente não é o suficiente. Pode-se fazer mais e melhor. É preciso dar voz aos excluídos e socialmente afastados, ao ponto em que se é também necessário lançar luz sobre a obscuridade dos arraigados falsos preconceitos existentes, sejam eles velados ou não. É necessário buscar, em relação a essas e à outras populações excluídas, a construção de um discurso amparado em uma verdade técnica, ao tempo em que esse deve-se ser também, humanizado. Há de se demonstrar, pois, os aspectos mais fiéis desses sofrimentos, não só uma descrição pragmática e reduzida de eventos e sintomas, de crimes e conflitos. Mas as pessoas por trás dessas ações.

5 REFERÊNCIAS

ANGERMEYER, M. C.; MATSCHINGER, H. The effect of violent attacks by schizophrenic persons on the attitude of the public towards the mentally ill. **Social Science and Medicine**, 43(12), 1721-1728. 1996.

ANGERMEYER, M. C.; SCHULZE, B. Reinforcing stereotypes: How the focus on forensic cases in news reporting may influence public attitudes towards the mentally ill. **International Journal of Law and Psychiatry**, 24(4-5), 469-486. 2001.

ARBOLEDA-FLOREZ, J. Mental illness and violence: An epidemiological appraisal, of the evidence. **Canadian Journal of Psychiatry**, 43, 989-996. 1998.

ARBOLEDA-FLOREZ, J. The state of the evidence. Stigmatization and human rights violations. **Mental Health. A Call for Action**. 2002.

AYRES, J. R. C. M. Hermenêutica e humanização das práticas de saúde. **Ciência Saúde Coletiva**. Jul-Set; 10 3): 549-60. 2005.

AYRES J. R. C. M. Uma concepção hermenêutica de saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 43-62. 2007.

BRESOLIN, K. Gadamer e a reabilitação dos preconceitos. **Intuitio**, v.1, n.1, p.63-81, 2008.

0072

BYRD, E. K.; ELLIOT, T. R. Disability in full-length feature films: Frequency and quality of films over!! year span. **International Journal of Rehabilitation Research**, 11(2), 143-148. 1988.

CARDONA, T. A. O diálogo: fusão de horizontes: para uma fundamentação gadameriana da antropologia pedagógica. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 21, n. 1, p. 46-62.2016.

CARPINIELLO, B.; GIRAU, R.; ORRÙ, M. G. Mass-media, violence and mental illness. Evidence from some Italian newspapers. **Epidemiol Psichiatr Soc.** Jul-Sep;16(3):251-5. PubMed PMID: 18020199. 2007.

CHAPLIN, R. Psychiatrists can cause stigma too. **British Journal of Psychiatry**, 177, 467-470. 2000.

CORRIGAN, P. W.; PENN, D. L. Lessons from social psychology on discrediting psychiatric stigma. **Am Psychol.**;54:765-776. 1999.

CORRIGAN PW, RIVER LP, LUNDIN RK *et al.* Stigmatizing attributions about mental illness. **J Commun Psychol**;28:91- 103. 2000.

CORRIGAN, P. W.; WATSON, A. C. Understanding the impact of stigma on people with mental illness. **World Psychiatry.** 1:6-19, 2002.

CORRIGAN, P., SCHOMERUS, G., SHUMAN, V., KRAUS, D., PERLICK, D. & HARNISH, A. *et al.* Developing a research agenda for understanding the stigma of addictions Part I: Lessons from the Mental Health Stigma Literature. **American Journal on Addictions**, 26(1), 59-66. 2017.

CÔRTEZ, N. Descaminhos do método: notas sobre história e tradição em Hans-Georg Gadamer. **Varia Historia**, 22(36), 274-290. 2006.

COSTA, M. L.; BERNARDES, A. G. Práticas docentes e enfrentamentos: de um modelo de intervenção a um modelo de cuidado. **Série-Estudos.** Campo Grande, MS, n. 35, p. 157-172, jan./jun. 2013.

DEARING, W. J.; ROGERS, E. M. **Agenda-setting.** Thousand Oaks, CA: Sage. 1996.

DELUQUE JÚNIOR; COSTA. Prejudice, stigma and mental health: an integrative review of literature - qualitative findings between the years of 2016 and 2018, **International Journal of Development Research**, 10, (01), 33153-33162. 2020.

DELUQUE JÚNIOR; COSTA. Prejudice, stigma, and mental health: an integrative review of literature - quantitative findings between the years of 2016 and 2018, **International Journal of Development Research**, 10, (01), 33163-33170. 2020.

0073

FAZIO, R.H. Multiple processes by which attitudes guide behaviour: The MODE model as an integrative framework. *Advances in Experimental Social Psychology*, 23,75-109. 1990.

FISKE, S.T.; TAYLOR, S. E. *Social Cognition*. Massachusetts: Addison-Wesley. 1984.

GABBARD, G. O.; GABBARD, K. Cinematic stereotypes contributing to the stigmatization of psychiatrists. In: Fink PJ, Tasman A (eds). *Stigma and mental illness*. Washington: American Psychiatric Press, :113-26. 1992.

GADAMER, H-G. *Verdade e método*. Tradução Flávio Paulo Meurer. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes.1997.

GADAMER, H-G. Em conversación com Hans-Georg Gadamer. In: DUTT, Carsten. *Em conversación com Hans-Georg Gadamer*. Apresentado e traduzido ao espanhol por Teresa Rocha Barco. Madrid: Tecnos, 1998

GOFFMAN, E. *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. New York, NY: Simon and Schuster, Inc. 1963.

GUARNIERO, F. B.; BELLINGHINI, R. H.; GATTAZ, W. F. O estigma da esquizofrenia na mídia: um levantamento de notícias publicadas em veículos brasileiros de grande circulação. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 39(3), 80-84. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832012000300002>

GUREJE, O.; ALEM, A. Mental health policy development in Africa. *Bulletin of the WHO*, 78(4), 475-482. 2000.

GERBNER, G.; GROSS, L.; MORGAN, M.; SIGNORIELI, N.; SHANAHAN, J. Growing up with television: Cultivation processes. In J. Bryant & D. Zillmann (Eds.), *Media effects* (pp. 43-68). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 2002.

GRAHAM, N., *et al.* (2007). Redução da estigmatização e da discriminação das pessoas idosas com transtornos mentais: uma declaração técnica de consenso. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 34(1), 39-49. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832007000100006>

GREEN, C. M. Matricide by sons. *Medicine, Science and the Law*, 21,207-214. 1981.

GRONDIN, J. *The philosophy of Gadamer* (K. Plant, Trans.). Montreal: McGill-Queen's University Press. 2003.

GROVER, S.; SHOUAN, A.; SAHOO, S. Labels used for persons with severe mental illness and their stigma experience in North India. *Asian Journal of Psychiatry*. February 2020, 101909 2020.

HABERMAS, J. A review of Gadamer's: truth and method. In: *Zur Logik der Sozialwissenschaften*, p. 251-290. 1970.



HAMMES, I. L. Da voz do outro ao encontro de mundos: Gadamer, o multiculturalismo e o diálogo de culturas. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: PUC-RS, 2012.

KLIN, A. Crime and punishment? The AIDS narrative in the daily press in Israel, 1981-1995 as a cultural construction of a disease. Ph.D. dissertation. The Hebrew University of Jerusalem. 2001.

KLIN, A.; LEMISH, D. Mental Disorders Stigma in the Media: Review of Studies on Production, Content, and Influences, *Journal of Health Communication: International Perspectives*, 13:5, 434-449, 2008. DOI: 10.1080/10810730802198813

KOIKE, S.; YAMAGUCHI, S.; OHTA, K.; OJIO, Y.; WATANABE, K. I.; ANDO, S. Mental health-related stigma among Japanese children and their parents and impact of renaming of schizophrenia. *Psychiatry and Clinical Neurosciences in press*. 2016a.

KOIKE, S.; YAMAGUCHI, S.; OJIO, Y.; OHTA, K.; ANDO, S. Effect of name change of schizophrenia on mass media between 1985 and 2013 in Japan: a text data mining analysis. *Schizophrenia Bulletin* 42, 552-559. 2016b.

LEVEY, S.; HOWELLS, K. Accounting for the fear of schizophrenia. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 4(5), 313-328. 1994. <https://doi.org/10.1002/casp.2450040502>

LINGE D. E. (ed.) **Editor's introduction**. In *Philosophical Hermeneutics (Gadamer H.G. ed.)*. University of California Press, Berkeley, pp. xi±lviii. 1976.

MAYER, A.; BARRY, D. D. Working with the media to destigmatise mental illness. *Hospital and Community Psychiatry*, 43(l), 77-78. 1992.

MCCOMBS, M. Building consensus: The news media's agenda-setting roles. *Political Communication*, 14, 422-443. 1997.

MCCOMBS, M. News influence on our pictures of the world. In Bryant, Jennings, Zillmann, Dolf (Eds.). *Media effects* (pp. 1-16). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates Publishers. 1994.

MEDVENE, L. .J.; BRIDGE, R. G. Using television to create more favorable attitudes toward community facilities for deinstitutionalised psychiatric patients. *Journal of Applied Social Psychology*, 20(22), 1863-1 878. 1990.

MUNHALL, P. *Nursing research: A qualitative perspective* (4th ed.). Sudbury, MA: Jones and Bartlett. Palmer, R. (1969). *Hermeneutics: Interpretation theory in Schleiermacher, Dilthey, Heidegger and Gadamer*. Evanston: Northwestern University Press. 2007.

NIEWEGLOWSKI, K.; QIN, S.; PANIAGUA, D.; CORRIGAN, P. W. Understanding the Impact of Mental Health Stigma and the Role of Clinicians as Allies. **A Clinical Introduction to Psychosis**, 63-84. 2020. doi:10.1016/b978-0-12-815012-2.00003-1

PECK, B.; MUMMERY, J. Hermeneutic constructivism: An ontology for qualitative research. **Qualitative Health Research**, 28, 389-407. 2018. doi:10.1177/1049732317706931

PRETI, D. A imprensa sob o signo da violência in DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência. As marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: Educ, Cortez Editora, 1996.

REGAN P. Hans-Georg. Gadamer's philosophical hermeneutics: concepts of reading, understanding and interpretation. **META: research in hermeneutics, phenomenology, and practical philosophy.**; 4(2):286-303. 2012.

RENVOIZE, E. The Association of Medical Officers of Asylums and Hospitals for the Insane, the Medico-Psychological Association, and their presidents. In G.E. Berrios and H. Freeman (Eds), **150 Years of British Psychiatry, 1841-1991**. London: Gaskell. 1991.

RILLO, A. G. Aproximación ontológica al sentido originario de la salud desde la hermenéutica filosófica. **Rev Hum Med [Internet].**; 8(1). 2008.

ROSE, D. Television, madness and community care. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, 8(3), 213-228. 1998.

SARTORIUS, N. One of the last obstacles to better mental health care: The stigma of mental illness. In J. Guimon, N. Fischer, & N. Sartorius (Eds.), **The image of madness**. Basel: Karger. 1999.

SARTORIUS, N. Iatrogenic stigma of mental illness begins with behavior and attitudes of medical professionals, especially psychiatrists. **British Medical Journal**, 324, 1470-1471. 2002.

SIEFF, E. M. Media frames of mental illnesses: The potential impact of negative frames. **Journal of Mental Health**, 12(3), 259-269. 2003.

SILVERSTONE, R. **The Message of Television: Myth and Narrative in Contemporary Culture**, Heineman, London. 1981.

SPENCE, D. Hermeneutic notions illuminate cross-cultural nursing experiences. **Journal of Advanced Nursing**, 35, 624-630. 2001.

SPENCE, D.. Supervising for Robust Hermeneutic Phenomenology: Reflexive Engagement Within Horizons of Understanding. **Qualitative Health Research**, 10, pp.971-980. 2016.



TAYLOR, C. **Philosophical Papers: Vol. 1. Human agency and language.** Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1985.

TAYLOR C. **Philosophical Arguments.** Harvard University Press, Cambridge. 1995.

THORNICROFT, G.; MEHTA, N.; CLEMENT, S. *et al.* Evidence for effective interventions to reduce mental-health-related stigma and discrimination. **The Lancet**, 387, 1123-1132. 2016.

WAHL, O. F.; LEFKOWITS, J. Y. Impact of a television film on attitudes towards mental illness. **American Journal of Community Psychology**, 17(4), 521-528. 1989.

WAHL, O. F. **Media madness: public images of mental illness.** New Brunswick: Rutgers University Press, 1995.

WAHL, O. F.; Wood, A.; Richards, R. Newspaper coverage of mental illness: is it changing? **Psychiatric Rehabilitation Skills**. 2002;6:9-31.

WAHL, O. F. News media portrayal of mental illness. **American Behaviorist**, 46(12), 1594-1600. 2003.

WAHL, O. F. Stop the presses. Journalistic treatment of mental illness. In L. D. Friedman (Ed.), **Cultural sutures.** Medicine and media (pp. 55-69). Durham, NC: Duke University Press. 2004.

ⁱ Refere-se aqui à reportagem publicada pelo G1-MS em 11/12/2019 disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/12/11/crianca-de-3-anos-fica-em-estado-grave-apos-ser-retirada-de-carrinho-e-arremessada-no-chao-em-ms.ghtml>

ⁱⁱ Refere-se aqui à reportagem publicada pelo G1-MS em 12/12/2019 disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/12/12/justica-converte-prisao-em-preventiva-para-homem-que-arremessou-crianca-de-3-anos-no-asfalto-em-ms.ghtml>

ⁱⁱⁱ Refere-se aqui à reportagem publicada pelo G1-MS em 13/12/2019 disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2019/12/13/crianca-com-morte-encefalica-foi-jogada-na-rua-por-2-vezes-como-uma-boneca-de-pano-diz-testemunha.ghtml>

^{iv} No presente trabalho, frise-se, preconceito não deve ser confundido com seu entendimento mais popular, ou seja, não significa aqui um pensamento falso ou irracional a respeito, ou contrário a algo, em vez disso, deve ser compreendido como um julgamento *à priori* das experiências e fenômenos, que se constrói automaticamente antes que todos os elementos disponíveis para consideração sejam finalmente analisados. Para nos referirmos ao termo em conotação coloquial, utilizar-se-á aqui, os termos "falsos preconceitos" ou "preconceito em seu sentido genérico".

^v Segundo Cardona (2016), dentro de uma abordagem gadameriana, "fusão de horizontes implica compreensão. Contudo, tal fusão não é suficiente para que aconteça a compreensão, nem tampouco para que, de antemão, se estabeleça o acordo sobre o "quê" e o "para quê" nos entendermos uns aos outros - condição do diálogo" (p. 56). Pelo contrário, é necessário, nessa esteira, que exista ou haja interpretação: desejo de saber o que o *outro* quer dizer, isto é, mais do que uma mera compreensão. É na interpretação que se dá a "autêntica fusão



de horizontes e o desejo de compreender, de compreender-nos *a partir e pelo outro*" (p.56). Todos esses elementos estão pois, implicados na fusão de horizontes: a compreensão, a interpretação, o deslocamento do próprio ponto de vista para o ponto de vista do outro, etc.

Recebido em 30/03/2020
Aprovado em 08/05/2020.



0078